

O PAPEL SOCIAL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E SECURITÁRIAS**

Ubiratan Iorio *

Introdução

Nestes tempos complicados, plenos de relativismo moral, de manipulação ideológica e de deformações da verdade que o mundo atravessa, há certas palavras que possuem um quê de magia e de encantamento, a tal ponto de sua simples pronúncia provocar atitudes quase que de genuflexão,. Uma delas é o vocábulo “social”, usado solertemente por muitos apenas para simular boas intenções e apropriado convenientemente por certas ideologias como se fosse de seu uso exclusivo. Outra é a palavra “ética”, utilizada à exaustão em diversos ambientes e, em especial, por políticos da oposição, geralmente os mesmos que, ao conquistarem a situação, passam a padecer de súbita amnésia, esquecendo-a naquilo que tem de mais importante, que é a sua prática.

Quem ouve alguém dizer, por exemplo, que Fulano está *preocupado*, digamos, por que é funcionário estadual , tem contas a pagar e ainda não recebeu o seu décimo terceiro salário do ano passado, põe-se a olhá-lo com ar de solidariedade, com atitude de comiseração. Já, quando escuta dizer que o mesmo Fulano tem uma *preocupação social*, passa a encará-lo com admiração, quase que como um herói. O mesmo pode ser dito com relação à ética: partidos políticos que, quando na oposição, se autoproclamam monopolistas da ética, acusando de anti-éticos todos os seus oponentes, quando alcançam o governo passam a agir exatamente como faziam os que antes criticavam, bem como em referência aos que, antes no governo e agora na oposição, passam a clamar por atitudes *éticas* dos agora governantes, verberando neles o que antes faziam.

* Doutor em Economia pela Fundação Getulio Vargas, Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da UERJ; Vice-Presidente Executivo do Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista (CIEEP); Professor da FGV, do IBMEC e da PUC.

homepage: www.ubirataniorio.org; e-mail: ioriodisanlucido@libero.it

** Trabalho apresentado no simpósio “A Responsabilidade Civil e o Fato Social no Século XXI”, do Instituto Brasileiro de Responsabilidade Civil (IBRC), na EMERJ, em 26/11/03

O economista austríaco Friedrich Hayek, laureado com o Nobel de Economia em 1974, denominava tais palavras mágicas de *weasel words* (palavras doninhas), pois, a exemplo das doninhas, aqueles pequenos mamíferos que conseguem sugar todo o conteúdo de um ovo mediante um minúsculo furo que fazem em sua casca, deixando-os aparentemente perfeitos, mas inteiramente ocos, despertam admiração e respeito, mas, na grande maioria das vezes, são vazias de conteúdo.

O que vêm a ser “preocupação social”, “responsabilidade social”, “ética social”, “compromisso social”, “justiça social”, movimentos sociais” e tantas outras expressões de largo uso no dicionário político contemporâneo? Qual o seu verdadeiro sentido? Se é que podem ser definidos de forma precisa, como podem ser alcançados? E – o que é mais importante tentarmos abordar neste encontro – como fazer com que o conceito de responsabilidade social possa ser empregado para contribuir efetivamente para a elevação da dignidade da pessoa humana, e não apenas para servir como um mero canhão de luz para realçar encenações “politicamente corretas”?

Evidentemente, não pretendemos – e nem podemos – aqui esgotar este palpitante assunto, por limitações de tempo e de espaço, de modo que nosso objetivo será o de apenas debuxar algumas considerações que julgamos importantes não apenas para este evento, mas para reflexão e aplicação aos problemas sociais.

A Contextualização do Conceito de Responsabilidade Social

Podemos afirmar que o século XX caracterizou-se primordialmente por uma crença, quase que uma profissão mística, a de que as soluções ditas “políticas” seriam pretensamente superiores aos encaminhamentos econômicos e às condutas sugeridas pelos princípios éticos que sempre pautaram o comportamento da sociedade judaico-cristã. E é precisamente neste fenômeno – o da invasão do sistema político sobre os sistemas econômico e ético-moral-cultural – que devemos procurar contextualizar o conceito de responsabilidade social e verificar como pode ser usado para melhorar a vida das pessoas em sociedade. ⁽¹⁾,

Daniel Bell, em uma obra bastante conhecida ⁽²⁾, analisa as sociedades segundo os três grandes sistemas que as compõem: o sistema econômico, o sistema político e o sistema ético-moral-cultural. Tais compartimentos possuem ritmos diferentes de evolução e seguem normas distintas, que legitimam formas de conduta diferentes e, não raro, contrastantes, sendo que as divergências e os conflitos entre esses três sistemas podem ser responsabilizados pelas várias contradições que se costumam verificar nas sociedades.

Conforme observou Novak ⁽³⁾, “ cada um desses três sistemas possui suas instituições especiais e métodos, disciplinas e padrões, propósitos e limites, atrações e repulsões. Cada um tem seu próprio ethos. Cada um costuma, também, criar problemas para os outros dois. Essas tensões são desejáveis: um sistema pluralista está condenado (grifo do próprio autor) a fomentá-las. Do fluxo de centelhas resultante do seu contacto sai a energia para o progresso e sua capacidade de correção interna. É um sistema destinado a constituir uma revolução contínua”.

No entanto, quando ocorre uma deterioração institucional simultânea dos três componentes do sistema social, este fica contaminado de maneira generalizada, o que contribui para aumentar a instabilidade da própria vida em sociedade. Com efeito, se um dos sistemas apresenta deficiências em seu funcionamento, estas podem ser compensadas, durante algum tempo, na medida em que os outros dois sistemas consigam continuar a operar satisfatoriamente. Nesses casos, tudo se passa como se estes últimos assumissem o ônus de levar adiante o funcionamento da sociedade, embora sem a colaboração do primeiro ⁽⁴⁾

Porém, quando, como vem ocorrendo no Brasil, os três sistemas apresentam simultaneamente graves deficiências, o país pára, pois a economia não consegue produzir (nem, muito menos, distribuir e, portanto, alcançar os objetivos “sociais”), a política não é capaz de desempenhar seus papéis de fazer funcionar a contento tanto a democracia representativa quanto o equilíbrio entre os três poderes, nem tampouco o federalismo e a deterioração acentuada do tecido moral termina por contaminar todo o organismo social.

Os Problemas do Sistema Econômico

Ninguém em sã consciência pode ser “contrário” ao crescimento econômico auto-sustentado e, portanto, quando um economista – que, por definição, deveria ser um especialista no assunto – declara-se “desenvolvimentista”, pode até despertar a admiração de leigos, mas, a rigor, não está fazendo mais do que cumprir com a sua obrigação, tanto profissional quanto moral. Mas, infelizmente, uma formação exclusivamente técnica, que impede que os economistas possam compreender que estudam uma ciência da *ação humana*, com leis e mecanismos específicos, mas necessariamente integrada com as demais ciências que também estudam o comportamento humano, leva-os a enfatizar variáveis objetivas e a subestimar não só a importância dos aspectos subjetivos, como, principalmente, a dos institucionais no processo de desenvolvimento de regiões e países.

Na verdade, o grande truque para o crescimento – para o grande “espetáculo” - consiste em fazer florescer instituições motivadoras para que a riqueza e a produção possam aumentar permanentemente. Devemos enfatizar

que o crescimento econômico nada mais é do que um processo de acumulação generalizada de capital e que uma das partes desse estoque é o capital humano, o qual, por sua vez, inclui o capital moral e o intelectual, as habilidades das mãos e do cérebro, assim como as do coração. **Se as sociedades sabem como criar riqueza - e isto é sabido desde os tempos de Adam Smith - e não o fazem, então a pobreza é imoral. De nada adianta anunciar com estardalhaço “espetáculos do crescimento” se o que se vai encenar, na verdade, não será mais do que uma ópera bufa e de péssima qualidade.**

Poucas pessoas dão-se conta de quão conflitante é contar-se o nascimento de uma vaca como uma adição ao estoque de capital de uma nação, ao mesmo tempo em que, incoerentemente, se conta o nascimento (ou a garantia do nascimento) de uma criança - que é a fonte primeira de mais criatividade potencial - como uma diminuição naquele estoque! Da mesma forma, existe uma grande incoerência quando alguém se declara “a favor da vida” e ao mesmo tempo é partidário da prática do aborto. Trata-se de casos típicos de dois pesos e duas medidas. O simples fato de que os seres humanos são feitos à imagem e semelhança do Criador implica que todos os homens e mulheres, durante o tempo que lhes é concedido no mundo, não apenas podem, como são moralmente obrigados a criar mais do que consomem. Nisto reside toda a esperança no progresso econômico.

Nenhuma economia cresce o que se quer que ela cresça, mas apenas o que ela pode crescer. E o que ela pode crescer depende, de um lado, de um ambiente de preços estáveis e, de outro, de instituições que estimulem a criatividade, a inteligência e as motivações justas dos agentes econômicos. Dessas duas pré-condições para alcançarmos o crescimento que todos desejamos, apenas a primeira vem sendo cumprida, embora a duras penas, já que a não materialização da segunda vem exigindo esforços cada vez maiores para que os preços sejam mantidos dentro de uma certa estabilidade, que se refletem em desemprego, em endividamento interno e externo crescente e em uma carga tributária que já atinge as raias da loucura – para não dizermos da exploração - do indivíduo pelo Estado.

Os Problemas do Sistema Político

Um dos legados mais importantes que os denominados *Founding Fathers* - os fundadores da república federativa norte-americana - deixaram foi a preocupação com a possibilidade de uma maioria vir a exercer uma tirania, mediante o bloqueio dos canais de acesso ao poder por parte das minorias, na eventualidade destas, ao longo do tempo, transformarem-se em maioria. Hayek ⁽⁵⁾ também manifestou, por diversas vezes, a mesma preocupação, na medida em que sustentava que, sob o ponto de vista liberal, a democracia deveria ser encarada tão somente como um método de governo, que ele reconhecia ser o melhor, mas que deveria ser considerado como um simples meio para que os direitos fundamentais fossem sempre respeitados. De fato, existe uma grande

diferença entre declarar-se democrata porque as maiorias têm sempre razão e defender a democracia enquanto instituição cuja finalidade precípua seja a contenção do poder.

Devemos, portanto, distinguir a importante diferença entre a visão, derivada de Rousseau, que vê a democracia como um fim, quase que como um sacramento, e uma outra postura, mais realista, que a considera, pura e simplesmente, como um meio de governo, de harmonizar da melhor forma possível a ação humana nos diversos campos sociais. A primeira pode ser denominada de ideologia democrática ou democratismo, ao passo que a segunda constitui-se em uma doutrina democrática.

Os verdadeiros democratas o são não por julgarem que a maioria não cometa erros, mas porque as práticas democráticas são as menos defeituosas que a humanidade conhece. Daí, sua preocupação com a questão da contenção do poder. Quando ocorre uma expansão desmedida do Estado, as conseqüências são invariavelmente - uma vez que a natureza humana tem sido a mesma desde os tempos de Adão - o abuso do poder e a sujeição de toda a sociedade ao arbítrio falível dos homens que detêm o Estado. Quando o poder fica concentrado, abre-se à frente de toda a sociedade o *caminho da servidão*, mesmo que esse poder seja exercido em nome de um povo, ou de um coletivo. Lembremo-nos de que muitos milhões de pessoas foram assassinadas, no século XX - em que prevaleceram as ideologias - em nome de um pretense *coletivismo*.

Um dos maiores pensadores do século XX - Sir Karl Popper - chamou a atenção para o fato de que o poder é sempre uma tentação, colocando-se contra a tese, derivada de Platão, da soberania popular incontrolada. Para ele, a pergunta a que se deve responder não é a daquele filósofo grego ("quem deve governar o Estado" ?), mas: de que forma as instituições políticas devem ser organizadas, para que os maus governantes, ou os menos capazes, ou os mal-intencionados, não possam causar danos em demasia ? ⁽⁶⁾

Uma questão importante é se o sistema político brasileiro atende aos requisitos anteriores, isto é, se nossa democracia, da forma como está moldada, consegue proscrever o abuso do poder, evitando a sujeição dos cidadãos ao arbítrio do Estado. Em outras palavras, se o Estado brasileiro não chegou a crescer tanto, a ponto de ameaçar as liberdades individuais ou, ainda, se nossas instituições políticas estão organizadas de forma a impedir que os maus governantes causem danos demasiados. Além disso, devemos perguntar-nos se nosso sistema político é, de fato, representativo dos interesses dos eleitores.

Infelizmente, as respostas a todas essas importantes questões, a nosso ver, são negativas. Daí, nossa afirmativa de que há uma enorme necessidade de aperfeiçoamento do sistema político brasileiro.

A questão é bastante complexa, mas cremos que a forma correta de analisá-la é a partir da estrutura de nossos partidos políticos, o que, sem maiores

dificuldades, nos leva a observar que, apesar do pluripartidarismo existente, os partidos no Brasil não conseguem representar tendências doutrinárias claras, que se consubstanciem em programas definidos de acordo com essas tendências. Em outras palavras, não há, ainda, no nosso país, verdadeiros partidos políticos, embora existam cerca de trinta agremiações registradas como partidos. Na realidade, os partidos políticos brasileiros, que deveriam ser os centros de congregação das diversas posições doutrinárias que caracterizam o pluralismo democrático, muitas vezes não passam de meros centros autorizados a carimbar registros de candidatos aos diversos cargos legislativos e executivos que o sistema de pleitos periodicamente oferece.

A ausência de identidade doutrinária dentro de cada partido faz com que o eleitor brasileiro, via de regra, vote muito mais em nomes do que em programas definidos, na esperança de que esses nomes, muitos dos quais costumam se apresentar como pretensos salvadores da pátria, uma vez investidos em seus cargos pela concessão do seu voto, confirmem suas expectativas. A frustração que se costuma seguir decorre muito menos da incapacidade ou, mesmo, da má-fé dos que se elegeram, do que da ausência de programas doutrinários claros, que possam garantir de antemão ao eleitor saber não em **quem**, mas em **que** está votando.

A falta do grau necessário de representatividade se expressa em decorrência de dois fatores. O primeiro é a aludida falta de conteúdo doutrinário de nossas agremiações partidárias ⁽⁷⁾. O segundo é o sistema eleitoral brasileiro, que é baseado inteiramente no voto proporcional, o que, sem dúvida, impede a fluidez da representatividade. Nesse sistema, o eleitor, sendo colocado, necessariamente, a uma distância física e temporal dos candidatos em que votou bem maior do que a distância em que o colocaria o sistema de voto distrital, fica impedido - pelo tempo e pelo espaço - de exigir daqueles que pediram e obtiveram o seu voto e, portanto, a sua confiança, o cumprimento do que foi prometido e estabelecido durante a campanha. Aliás, os inefáveis "horários eleitorais gratuitos" que nos são "democraticamente" impingidos pelos tribunais eleitorais, mais se parecem com programas humorísticos, daqueles de baixa qualidade. Assim, o eleitor é forçado a aguardar até as próximas eleições para, mediante seu voto, aprovar ou não a atuação daqueles que ajudou a eleger. No sistema distrital, a fiscalização torna-se necessariamente mais freqüente, pela necessidade que esse sistema impõe aos políticos de uma presença maior junto aos eleitores de seus respectivos distritos.

Outra impropriedade de nosso sistema eleitoral é que ele trata igualmente estados que são desiguais: com efeito, estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, responsáveis por cerca de duas terças partes do que a economia brasileira produz, possuem no Congresso a mesma representatividade que os pequenos estados, o que, evidentemente, dado que os últimos são em maior número que os primeiros, dá margem a práticas que deturpam o que seria uma verdadeira representatividade.

Nossa história política tem sido recheada, desde os tempos do Império e especialmente na fase republicana, de períodos de obstrução parcial dos mecanismos democráticos e de interrupção completa da democracia. Pouca gente deu-se conta de que - na medida em que, a partir do final dos anos setenta do século passado, nossa liberdade política ia sendo pouco a pouco resgatada, nossa liberdade econômica ia sendo paulatinamente surrupiada. Os cidadãos brasileiros não conseguiam perceber que sem liberdade econômica não pode haver crescimento auto-sustentado, de modo que a recuperação da liberdade política não seria por si só condição necessária e suficiente para a reconstrução da sociedade brasileira em moldes modernos. Na realidade, trocamos a primeira pela segunda, o que explica boa parte de nossa estagnação nas duas últimas décadas.

Aprendemos, ao custo de uma demorada estagflação, que a liberdade política não é tudo e que as instituições políticas devem ser, além de garantidoras de nosso direito de eleger nossos representantes, elementos impeditivos do excesso de poder. Muito ainda precisa ser feito nesse sentido e temos a convicção de que será feito, embora lentamente, como é próprio nas democracias e, mais ainda, nas democracias incipientes como a nossa. Por exemplo, para termos uma pálida idéia do quanto ainda precisa ser feito, basta mencionarmos que a relação entre o número de medidas provisórias e o número de leis aprovadas pelo Congresso, entre 1995 e 2002, atingiu o valor aproximado de quatro! É isso mesmo: quatro medidas provisórias por cada lei aprovada. Com efeito, é verdade que nossa democracia é incipiente, mas precisamos aperfeiçoá-la rapidamente.

Por outro lado, os custos associados à nossa gigantesca burocracia e ao nosso verdadeiro manicômio tributário são exemplos claros de como nossas instituições políticas vêm impedindo o sistema econômico de cumprir a sua função de produzir e de gerar riqueza. Embora, como frisamos anteriormente, os economistas costumem dar pouca atenção à influência que as instituições exercem sobre a atividade econômica, devemos refletir sobre o fato de que isto é um erro, porque, assim como boas instituições podem levar os países a desfrutarem de um verdadeiro *espetáculo do crescimento*, instituições precárias podem condená-los a séculos de fracasso.

Em lúcido artigo publicado no Jornal do Brasil no último dia 13/11, o eminente jurista e tributarista Ives Gandra da Silva Martins mostra, com argumentos calcados em lógica irrepreensível, que o fato de nossa carga tributária total – que computa, além dos sessenta e nove impostos, taxas e contribuições existentes, os dispêndios com auto-prestação de serviços que deveriam ser bem supridos pelo Estado e a “carga legal” gerada pela inadimplência, sonegação e corrupção - estar entre 62,5 e 67,5 do PIB constitui-se em um dos principais fatores geradores de desemprego e de ausência de crescimento.

Nestas breves linhas, reforçamos algo que vimos repetindo há bastante tempo: o vírus causador de desemprego e de corrupção que a imensa burocracia brasileira inocula impiedosamente no organismo social e econômico do país.

Nossas instituições, em termos da burocracia e da corrupção a ela associada – ambas filhas diletas do paquidêmico e lento Estado brasileiro – estão, com toda a certeza, entre as piores do planeta.

Embora não existam dados suficientes para uma análise exaustiva em termos dos custos causados ao Brasil – leia-se, ao cidadão brasileiro que trabalha e produz, ou que deseja inovar e criar – pela burocracia e pela corrupção, já que não há informações tão ricas quanto as existentes sobre a carga tributária, basta colocarmos uma meia dúzia de neurônios para funcionar que intuiremos que são estratosféricos.

Recente estudo divulgado pelo Banco Mundial mostra, por exemplo, que, para se conseguir “autorização” para abrir uma empresa no Brasil, são necessários 152 dias, ou seja, cerca de dez meses e alguns dias! Na Austrália, precisa-se de apenas 2 dias, nos Estados Unidos, de 4 dias (lá, em alguns estados, a autorização chega pelo correio), no Chile e na Rússia, respectivamente, de 27 e 28, na média dos países da OCDE de 31, no México de 51, na Argentina de 68 e na média da América Latina, de 72.

Vejam, senhores, a nossa situação: o mesmo estudo do Banco Mundial mostra que a América Latina é a região onde o gravame burocrático é o mais elevado do mundo e, mesmo – digamos – nesta “terceira divisão” do bom senso, o Estado brasileiro exige de nós, que suamos a nossa camisa, o dobro do tempo que nossos vizinhos (de geografia e de infortúnio) impõem aos seus cidadãos. O mesmo estudo mostra que no Brasil, para se concluir um processo de falência, leva-se, em média, 10 anos! Só não caímos ainda para a “quarta divisão” porque ela não existe...

Sanha burocrática descomunal, furor arrecadatário e crescimento da informalidade são conseqüências fatais do gigantismo estatal que nos assola e são, ao lado do abandono progressivo dos princípios morais judaico-cristãos, causa da corrupção. Quem quer que deseje abrir o seu negócio honesto, neste país em que o cidadão é sempre tratado como um suspeito – ainda mais se tiver a pretensão de ter o seu próprio negócio! -, enquanto o Estado é visto como um ídolo, terá que enfrentar, inerte e exaurido, uma *via-crucis* de formulários, documentos, exigências, guias, proscricções e prescrições, para “provar que é honesto”. Muitas vezes, extenuado, para fazê-lo, tem que ser desonesto, pagando propinas aos abutres do trabalho alheio. A redução do desemprego e o crescimento a que todos almejamos é absolutamente inviável com a indecorosa burocracia brasileira.

Nossa sociedade - que, há pouco mais de um ano, apostou em uma pretensa esperança -, de qualquer forma, embora lentamente, já vem ensaiando os primeiros e titubeantes passos para a construção de instituições que respaldem uma ordem condizente com o crescimento auto-sustentado. Está aprendendo, por exemplo, que somente *mudar* não é suficiente, uma vez que pode-se mudar da Tijuca para a Barra, mas, também, da Tijuca para Honório Gurgel... Falta-nos,

contudo, entender que é preciso resgatar os valores éticos e morais fundamentais, para que o Brasil do futuro não seja reconstruído imprudentemente sobre a areia.

A Importância da Ética

O desenvolvimento econômico auto-sustentado, escreveu o professor P.T. Bauer, da London School of Economics ⁽⁸⁾, não depende fortemente da disponibilidade de vastos recursos naturais, pois Japão, Grã-Bretanha, Formosa e Singapura, por exemplo, não os possuem, ao passo que os países da África e da própria América, ricos em recursos naturais, permanecem mergulhados no subdesenvolvimento. Não depende, tampouco, de populações pequenas ou grandes, já que muitas nações densamente populosas, como Holanda, Coreia do Sul e Hong-Kong, de um lado, são bem sucedidas em suas atividades econômicas, ao passo que a China e a Índia, também superpopulosas, de outro lado, não possuem economias bem sucedidas. Nem decorre, muito menos, de “status” anticolonial, uma vez que diversas nações, hoje desenvolvidas, com os Estados Unidos sendo o maior exemplo, foram colônias até época recente, ou ainda são colônias. O desenvolvimento econômico depende, no dizer de Bauer, “de pessoas e das providências que tomam”, “de recursos humanos e da vontade de utilizá-los”, “de qualidades pessoais”, “de instituições sociais e morais” e “de acordos políticos”, fatores esses que - acrescentamos - quando são espontaneamente desencadeados, estimulam a germinação dos determinantes econômicos do crescimento, isto é, dos investimentos em capital físico, humano e tecnológico que aumentam a capacidade de geração de oferta das economias.

As observações - bastante pertinentes - de Bauer, são equivalentes, conforme notou Michael Novak, à afirmativa de que “o sistema moral-cultural é a principal força dinâmica por trás da ascensão tanto de um sistema político democrático quanto de um sistema econômico liberal. **O sistema moral-cultural é o “sine qua non” do sistema político e do sistema econômico. Negligenciá-lo significa envenenar o organismo**” ⁽⁹⁾ (negritos nossos).

Os homens não vivem apenas de pão e de circo. A imensa maioria dos seres humanos somente encontra lugar para a paz em suas consciências quando acredita que suas atividades econômicas e políticas revestem-se de significado moral. O trabalho duro, a perseverança nas dificuldades da vida, a frugalidade e o próprio sentimento da esperança só fazem sentido, enquanto possibilidade de bem-estar material (que faz parte da dignidade humana), quando encontram respaldo na força do sistema moral do qual se participa no seio da sociedade em que se vive.

Subitamente - e também, como conseqüência natural do fato de passarmos a viver, após muitos anos sob um regime fechado, em uma sociedade aberta - os

brasileiros descobriram que o nível moral estava em baixa. E as sociedades correm riscos maiores de perecer pela perda da moralidade indispensável do que pelo enfraquecimento de seus sistemas político e econômico. A ética é o componente mais frágil da cadeia, eis o que queremos precisamente dizer.

A crise ética e moral brasileira, a exemplo do que ocorreu em outros países, tem origens remotas e é proveniente de duas causas básicas: a primeira é o relativismo moral que, originado com a “morte de Deus”, decretada por Nietzsche na segunda metade do século XIX, transformou-se na grande chaga do século XX, na medida em que deu origem à “vontade de poder”, eleita como substituta dos valores judaico-cristãos anteriores, como observou magistralmente o jornalista, historiador e “scholar” Paul Johnson, em “Tempos Modernos” ⁽¹⁰⁾. A segunda causa da deterioração dos valores morais é decorrente da primeira, mas merece ser destacada por suas dimensões e importância. Trata-se do fenômeno do crescimento do Estado, especialmente pelas repercussões que acarretou em termos da invasão que o sistema político passou a executar sobre os sistemas econômico e moral e que teve no *keynesianismo* seu pretenso respaldo “científico” e no nacionalismo sua grotesca faceta populista, em especial na América Latina.

Tanto o relativismo moral quanto o crescimento do Estado que ele desencadeou parecem desconhecer que a capacidade destrutiva dos indivíduos, embora perversa, é insignificante diante da que o Estado, mesmo quando bem-intencionado, revelou possuir. Onde é grande o Estado, onde as instituições democráticas revelam incapacidade para conter o poder excessivo e sua concentração e onde os valores tradicionais sobre o que é bom ou mau são desdenhados - e, muitas vezes, ridicularizados - o componente de egoísmo que sempre caracterizou os seres humanos não encontra limites à sua expansão.

Um redespertar para a importância da ética poderá dar bons frutos, pois, como vimos, os valores ético-morais, caso venham a ser revitalizados, desintoxicarão os tecidos econômicos e políticos. Seguindo a linha desenvolvida pelo economista argentino Alejandro Chafuen ⁽¹¹⁾, os termos **moral** e **ética** podem ser utilizados como sinônimos, já que ambas as palavras têm a mesma origem e derivam do termo **costume** (em latim, “mors”). Moral, enquanto ciência, significa uma filosofia dos costumes e “o ético foi-se identificando cada vez mais com o moral, chegando a significar que se ocupa dos objetos morais em todas as suas formas, a filosofia moral” ⁽¹²⁾. Moral ou ética, portanto, é a ciência do dever ser, a ciência que trata do bem geral e das ações humanas no que diz respeito à sua bondade ou maldade. A moral é um aprendizado, uma arte ⁽¹³⁾: a de viver bem, fazendo escolhas que engrandecem a dignidade da pessoa humana. Ninguém nasce sabendo como fazer isso, simplesmente vai aprendendo ao longo da vida, assim como quem quer ser um grande pianista precisa praticar durante muitas horas diárias

Ética, Política, Economia e o Papel “Social” das Empresas

A Constituição de 1988 comete, entre tantos outros, o erro de adotar o conceito de “função social da terra”, sem considerar também as funções “sociais” do ar, do mar, do fogo, dos elementos da natureza, dos sacerdotes, dos advogados, das prostitutas, dos jogadores de futebol, dos músicos, dos coletores de impostos... Na sociedade, entendida como o conjunto dos sistemas econômico, político e ético-moral-cultural, simplesmente, tudo é social...necessariamente, por inclusão.

Um livro bastante conhecido sobre Ética e negócios ⁽¹⁴⁾, ao procurar definir a expressão *responsabilidade social*, apresenta diversas definições a acaba não optando por nenhuma delas, para concluir que se trata de “uma mistura de idéias, conceitos e práticas em construção que tem provocado acaloradas discussões” ⁽¹⁵⁾

Se desejamos mesmo, *al di là* dos palanques, transformar o Brasil, precisamos entender que deveremos abrir mão de toda e qualquer solução formulada por intelectuais, principalmente por intelectuais escravizados a qualquer ideologia. Uma leitura que nos convenceu da veracidade desta afirmativa é o livro “Os Intelectuais”, de Paul Johnson ⁽¹⁶⁾. Ao longo de seus treze capítulos, vão-se tornando extraordinária e assustadoramente claras as três grandes características da “intelligentzia”: o total desamor à verdade, o egocentrismo (fonte da inveja) e a pretensão de acreditar que as idéias valem mais do que as pessoas. Em nossa hora da verdade, devemos repelir a crueldade embutida em todas as ideologias, por sua suposição de que os seres humanos não apenas podem, mas devem adequar-se às idéias. O pior dos despotismos é a insensível tirania das idéias, eis a lição que nos deixou o século XX.

Um país rico deve ser construído por pessoas e pelas providências práticas que tomam, pela utilização de recursos humanos, de qualidades morais, por instituições políticas e econômicas que respeitam e incentivam a liberdade de escolha, por leis que não sejam meros comandos ou ordens, mas normas gerais de justa conduta, prospectivas, abstratas e impessoais e, portanto, aplicáveis a todos os habitantes, inclusive os que eventualmente estiverem ocupando o poder.

Mostramos, até aqui, que podemos dividir a sociedade em três macro-sistemas e apontamos, ligeiramente embora, as deficiências de cada um em nosso país, bem como suas potencialidades. Precisamos lançar definitivamente fora o relativismo moral, perdendo de vez o receio de enfrentar o patrulhamento ideológico, que conseguiu transformar a expressão “moralismo” em autêntica ofensa e que ridicularizou o exercício da autoridade, seja por parte de pais e professores, seja por parte dos governos, transformando esse exercício essencial em sinônimo de “autoritarismo”, gerando, assim, a permissividade. Já é tempo de sabermos que autoridade não é repressão e que repressão não é fascismo.

Nossa sociedade vive um estado que os sociólogos chamam de **anomia**, em que as violações de normas, pela clara ausência de sanções - e, quando estas existem, pela baixa probabilidade média de que venham a ser aplicadas - tendem a tornar-se a regra geral e não as exceções.

Como escreveu João Paulo II em uma de suas encíclicas, “*a atividade econômica, em particular a da economia de mercado, não se pode realizar num vazio institucional, jurídico e político. Pelo contrário, supõe segurança no referente às garantias da liberdade individual e da propriedade, além de uma moeda estável e serviços públicos eficientes. A principal tarefa do Estado é, portanto, a de garantir esta segurança, de modo que quem trabalha e produz possa gozar dos frutos do próprio trabalho e, conseqüentemente, sinta-se estimulado a cumpri-lo com eficiência e honestidade. A falta de segurança, acompanhada pela corrupção dos poderes públicos e pela difusão de fontes impróprias de enriquecimento e de lucros fáceis fundados em atividades ilegais ou puramente especulativas é um dos obstáculos principais ao desenvolvimento e à ordem econômica*” ⁽¹⁷⁾ .

Na vida econômica em particular e na vida humana em geral, a primazia da moral é uma lei demonstrável e fundamental para a prosperidade, é um princípio filosófico e empírico que não pode ser violado. Quando isso ocorre, surgem os vícios morais tão conhecidos, como a preguiça, a desonestidade, a corrupção, a coerção, a avareza e tantos outros que, como traças, corroem pouco a pouco a sociedade. “A revolução” - como afirmou o poeta Charles Peguy - “deve ser moral ou não será revolução” ⁽¹⁸⁾ .

Para muitos economistas, incluindo o laureado em 1976 com o Nobel, Milton Friedman, o **papel – econômico, político e ético e, logo, por extensão, social -da empresa, qualquer que seja o ramo de atividade em que esteja inserida – é o de produzir para obter lucros**. De fato, tal como no famoso exemplo de Adam Smith do padeiro, que acorda bem cedo para fabricar pães não porque se preocupe com o bem-estar dos outros, mas simplesmente para vendê-los e obter lucro, as empresas modernas inseridas no processo produtivo, pelo simples fato de estarem em funcionamento, geram empregos e, portanto, rendas, na forma de salários, juros, lucros, aluguéis, dividendos, bonificações, etc., não apenas para os seus proprietários e empregados, mas para todos os que, direta ou indiretamente, relacionam-se com elas ao longo da cadeia produtiva.

Assim, podemos dizer que qualquer empresa, inclusive as dos ramos financeiro e securitário, é *socialmente responsável* quando gera empregos, paga rendas justas (que refletem a produtividade de seus empregados e diretores), procura fornecer boas condições de trabalho, paga impostos (justos) em dia. Exigir que, além de tudo isso, as empresas desviem recursos que poderiam estar alocados mais eficientemente para outros fins em ações sociais tende a prejudicar a sua produtividade, o que as leva – é o axioma incontestável da *ação humana* que determina esse comportamento – a repassar esses aumentos de custos para os consumidores, ou a pagar salários e outras rendas menores do que pagaria para os seus membros e para os que com ela efetuam transações.

É evidente que, além dessas atividades e atribuições naturais, o sistema produtivo privado tem condições de colaborar para a solução ou, ao menos, para a mitigação de muitos dos problemas que afligem a sociedade, mas isto não pode ser feito de forma compulsória, pois, como vimos, os custos gerados pela sua inclusão à força em programas de ações sociais podem ser maiores, tanto para os consumidores quanto para os seus empregados e os demais participantes de outras empresas ao longo da estrutura de produção ou cadeia produtiva. Por exemplo, se o dono de uma padaria é compelido pelo Estado a despender recursos em um programa de ação “social”, o consumidor pagará mais pelo pão, os empregados da padaria serão prejudicados pois receberão salários ou aumentos de salários menores do que receberiam e também poderão ser afetados os fornecedores de farinha, cujas vendas para a padaria poderão declinar, bem como os produtores de trigo.

Dois pontos precisam ficar bem esclarecidos. O primeiro é **que toda ação econômica, por definição, é também, concomitantemente, uma ação social e uma ação ética**. Por exemplo, quando um consumidor compra drogas, está fazendo uma escolha econômica, uma escolha moral e praticando uma ação que afeta a sociedade. O mesmo ocorre quando alguém compra um livro de orações, ou quando um empresário decide abrir uma fábrica de sorvetes, ou de armas. Por isso, é preciso livrarmo-nos do mito fabricado por intelectuais escravos de certas ideologias, de que haveria uma pretensa separação entre o “econômico” (quase sempre, uma entidade exploradora e voltada para fazer o mal) e o “social” (um ente holístico tão bem-intencionado quanto palpável).

O segundo ponto é que a economia, ou, melhor dizendo, o processo de mercado, definido como a interação de milhões de pessoas que na maioria das vezes nem se conhecem, com a característica comum de que todas *agem* no sentido de aumentar a sua satisfação, é essencialmente **aética**. Mercados funcionam sempre, bem ou mal, com ou sem competição, só que tanto para o bem quanto para o mal ⁽¹⁹⁾. Cabe ao sistema ético-moral-cultural servir de suporte ao desenho de leis que garantam instituições que os façam funcionar para o bem e que efetivamente punam as ações que os façam provocar o mal.

E é aí que deve entrar o Estado, naquilo que tem de mais essencial: uma entidade situada acima dos interesses privados que aplique a lei para que a vida em sociedade possa transcorrer normalmente, que garanta o respeito aos direitos individuais e que se empenhe em reduzir as desigualdades sociais não por meio de impostos à la *Robin Hood* que, objetivando assegurar igualdade de resultados, desestimulam a criação de riqueza, mas por investimentos em capital humano que garantam condições mínimas de igualdade de oportunidades para quem se mostrar esforçado, criativo ou competente, seja qual for a sua origem ou raça.

Qualquer virtude, inclusive a da caridade, que é um dos componentes implícitos no conceito de *responsabilidade social*, para ser de fato exercida, exige liberdade de escolha. Observemos o que acontece quando alguém – inclusive o

próprio Estado – obriga A a entregar parte de seus ganhos a B, tão somente porque A tem mais posses do que B: primeiro, isto não é caridade, mas simples extorsão; segundo, desestimula A a crescer na vida; terceiro, não incentiva B a crescer na vida. Precisamos nos livrar do mito que levou diversas sociedades que optaram pelo chamado *socialismo real* a resultados econômicos, políticos, éticos e, portanto, sociais, medíocres, que é o fato, geralmente aceito como um dogma, de que sempre, em todas e quaisquer circunstâncias, B é pobre porque A é rico e, portanto, o explora.

A caridade, como qualquer virtude, deve ser um ato voluntário, alicerçado na solidariedade e em valores morais claramente demarcados, aceitos pela grande maioria das pessoas, mas que têm sido alvo de ataques sem precedentes e cada vez mais audaciosos, ao longo dos últimos cem anos, pelos defensores do *relativismo moral* espalhados pelos quatro cantos da mídia e pela maioria dos livros escritos por intelectuais a serviço de ideologias.

Por essas razões, somos céticos em relação ao uso indiscriminado da expressão “função social”, quando aplicadas a empresas e a indivíduos. É um pleonismo, pois todas as empresas e todos os indivíduos desempenham, quer queiram ou não, uma função na sociedade.

O Papel das Instituições Financeiras e Securitárias

De acordo com o que expusemos, o único papel – social, político, ético e econômico, em um enfeixe indecomponível – das instituições financeiras e, por extensão, das empresas securitárias, é produzir serviços financeiros e de seguros aos seus clientes. Fazendo-o bem, isto é, prestando bons serviços, sujeitas à competição, estão desempenhando a contento esse papel. Se não o estão desempenhando a contento, ou seja, se prestam serviços de baixa qualidade e não estejam sujeitas à competição, cabe ao Estado enquadrá-las, por meio da lei.

Muitos põem a culpa nessas instituições pelas elevadíssimas taxas de juros praticadas pelos bancos e pelos altos prêmios cobrados pelas seguradoras. Mas basta uma breve reflexão sobre a diferença entre causas e efeitos para descobrirmos o verdadeiro culpado.

Se um fabricante de galochas repentinamente começasse a auferir lucros altíssimos por conta de uma súbita e forte elevação da demanda desse apetrecho em desuso há décadas, o que haveria de errado com isso? Simplesmente, o preço das galochas subiria e só tenderia a cair quando outros fabricantes entrassem no mercado.

Da mesma forma, se os bancos apresentam lucros fabulosos porque o Estado tem uma dívida interna astronômica e quase que os obriga a lhe emprestar

dinheiro a taxas de juros bastante elevadas, ou se as seguradoras de automóveis ganham fortunas porque a falta absoluta de segurança pública aumenta a demanda por seguros, o que há de errado com isso, a não ser o fato inegável de que o Estado não vem desempenhando a contento o papel que dele esperam os cidadãos e empresas que o mantêm?

O ataque, definitivamente, deve ser às causas: *sublata causa, tollitur effectus*, diziam sabiamente os romanos. Quando o Estado desinchar, quando fizer uma reforma tributária para valer, quando desregulamentar a economia, quando desburocratizar, quando passar a cuidar da segurança dos cidadãos, as taxas de juros e os prêmios de seguros serão como no mundo civilizado e, por conseguinte, os lucros das instituições financeiras e securitárias também o serão.

Conclusões

Embora em caráter exploratório, procuramos desenvolver argumentos no sentido de que o conceito de responsabilidade social não pode ser despido de suas fontes éticas e que, portanto, deve despir-se da sacralização política da palavra *social* para ganhar uma dimensão de fato social, isto é, que passe a significar conjuntos de atos que contribuam para a dignificação da pessoa humana. Nossa posição firme é que tais práticas devem ser estimuladas fora do âmbito governamental, descentralizadas e atendendo sempre ao inalienável *princípio da subsidiariedade*. Com isso, defendemos o estímulo à ação de ONGS, a iniciativas como os movimentos Focolares da Igreja Católica, à elaboração de códigos de ética em universidades, escolas, empresas, associações diversas e – urge que isto aconteça – na mídia.

E, sobretudo, exigir do Estado que cumpra com as suas responsabilidades, algo que não vem fazendo há bastante tempo, no sentido de assumir de fato todas as tarefas que a sociedade exige dele, e somente dele. Quando o Estado brasileiro passar a prover a sociedade faminta do pão da educação, da saúde, da justiça, da segurança interna e externa, do combate à burocracia, à extorsão tributária e à corrupção e da garantia dos direitos individuais básicos, aí ele terá resgatado a autoridade moral que dele sempre se esperou e da qual progressivamente se afastou.

Quando logarmos tal intento, teremos, sem dúvida, uma sociedade – entenda-se, cidadãos – mais felizes e dignificados.

Notas Bibliográficas

1. Para uma excelente exposição - fartamente documentada - a respeito do fenômeno da politização dos problemas econômicos e morais, recomendamos a leitura de "Tempos Modernos - o Mundo dos Anos Vinte aos Oitenta", de Paul Johnson, Instituto Liberal, Rio de Janeiro, 1990, bem como o livro de Michael Novak, "O Espírito do Capitalismo Democrático", Nordica, Rio de Janeiro, s/data, especialmente págs. 200 e segs.
2. Bell, Daniel, "The Cultural Contradictions of Capitalism", Basic Books, Nova York, 1976, págs. 10 e segs.
3. Novak, M., op. cit., pág.200.
4. Este foi o caso, por exemplo, dos anos do chamado "milagre brasileiro" (início dos anos setenta), em que o funcionamento relativamente satisfatório do sistema econômico e do sistema moral-cultural, malgrado o estado insatisfatório do sistema político, conseguiu garantir alguns anos de prosperidade.
5. Ver, por exemplo, Hayek, F.A., "El Ideal Democrático y la Contención del Poder" in: Estudios Públicos, nº 1, Santiago, Dezembro de 1980.
6. Popper, K., "La Sociedad Abierta y sus Enemigos", Paidós, Barcelona, 1982.
7. O partido que sempre se dizia "dos trabalhadores" e que está há um ano no poder, vem adotando uma política macroeconômica bastante conservadora (corretamente, diga-se), ao mesmo tempo em que vem tratando os seus partidários que continuam a defender o que sempre defenderam como dissidentes, inclusive ameaçando-os de expulsão.
8. Bauer, P.T, "Dissent on Development", Weidenfeld& Nicolson, Londres, 1971
9. Novak, M.,op. cit., pág. 216 e seguintes.
10. Johnson, P., op. cit., cap. 1.
11. Chafuen, A.A. "Christians for Freedom - Late Scholastic Economics", Ignatius Press, San Francisco, 1986, traduzido pelo próprio autor para o espanhol, com o título "Economia y Etica - Raíces Cristianas de la Economia de Libre Mercado", Rialp, Madri, 1991.
12. Ferrater Mora, J., "Diccionario de Filosofia", Sudamericana, Buenos Aires, 1975, tomo II, págs. 232-235 (citado por Chafuen, pág. 38).
13. Lorda, J.L., "Moral: a Arte de Viver Bem", Quadrante, Rio de Janeiro, 2001

14. Ashley, Patrícia ^a, "Ética e Responsabilidade Social nos Negócios", Saraiva, São Paulo, 2002, págs. 5 a 13.
15. *ibid.*, pág 13.
16. Johnson, P., "Os Intelectuais", Imago, Rio de Janeiro, 1990.
17. João Paulo II, Carta Encíclica "Centesimus Annus", Loyola, São Paulo, 1991, nº 48, pág. 65.
18. Alcalá Zamora, "Pensamentos e Citações".
19. Kirzner, I. , "Competição e Atividade Empresarial", IL, Rio de Janeiro, 1989.